

ANEXO II

PLANO DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

Cabem algumas considerações de caráter geral e específico sobre o plano de execução e fiscalização, que tem por objetivo expor as diretrizes que serão tomadas pelo Gestor da contratação, a cada execução, durante a vigência do contrato. Estabelece-se que o acompanhamento e fiscalização se dará pela verificação da execução dos serviços de acordo com o contrato, para tanto a fiscalização se dará da seguinte forma:

- a) Apresentação do preposto indicado no termo;
- b) Informar ao fiscal da contratação ou o seu substituto quanto ao agendamento prévio, obrigatoriamente com 02 (dois) dias de antecedência;
- c) A utilização de produtos devidamente reconhecidos, atestados e aprovados pelos órgãos de controle sanitários Federal, Estadual e, se for o caso, Municipal.
- d) Orientar quanto ao recolhimento das embalagens vazias e respectivas tampas dos produtos utilizados promovendo sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Lei nº 12.305/2010, bem como a necessidade de apresentação de comprovante de descarte/ recolhimento, ao Chefe de Cartório ou substituto, quando da finalização dos serviços;
- e) Orientar quanto ao fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequados aos aplicadores, aos fiscais de contrato e profissionais de empresas Contratadas designadas para acompanhar o serviço e fiscalizar a sua utilização nos termos da Norma Regulamentadora NR 6 do MTE – Ministério do Trabalho e Emprego.
- f) O recebimento provisório será realizado pelo Chefe de Cartório ou seu substituto por meio do formulário próprio, onde serão avaliados os serviços, os produtos e quanto ao profissional que executará os serviços;
- g) O Chefe de Cartório ou seu substituto encaminhará o atestado provisório para a gestão que emitirá o atestado definitivo dos serviços encaminhando a NF para pagamento pelo setor responsável, via CONTRATOS GOV.
- h) Para pagamento da NF a empresa deverá estar regular com todas as certidões válidas;
- i) Em caso de descumprimento contratual será a Contratada será notificada para regularização, em não sendo atendido será realizado a abertura de processo administrativo, com as penalidades previstas no contrato.

j) O Chefe de Cartório ou seu substituto somente autorizará o acesso às dependências dos prédios da contratante, aos empregados, da Contratada, destinados a prestar os serviços objeto deste estudo, que estejam credenciados e devidamente identificados por crachá.